



3º Simpósio Avaliação da Educação Superior
05 e 06 de setembro de 2017
Florianópolis – SC – Brasil
ISBN: 978-85-68618-04-2



ATUAÇÃO DA CPA/UFPE A PARTIR DE DADOS ENADE COMO ELEMENTO INDUTOR DA QUALIDADE

ALDA VERONICA SOUZA LIVERA

Comissão Própria de Avaliação - Universidade Federal de Pernambuco. Av. Prof. Moraes
Rego, 1235- Cidade Universitária, Recife- PE. CEP 50670-901
aldalivera@ufpe.br

DANIELE ANDRADE DA CUNHA

Comissão Própria de Avaliação - Universidade Federal de Pernambuco. Av. Prof. Moraes
Rego, 1235- Cidade Universitária, Recife- PE. CEP 50670-901
dhanyfono@hotmail.com

EMANUEL SOUTO DA MOTA SILVEIRA

Comissão Própria de Avaliação - Universidade Federal de Pernambuco. Av. Prof. Moraes
Rego, 1235- Cidade Universitária, Recife- PE. CEP 50670-901
emanuelsouto2@globo.com

MAURA FRANCINETE RODRIGUES COSTA LIMA

Comissão Própria de Avaliação - Universidade Federal de Pernambuco. Av. Prof. Moraes
Rego, 1235- Cidade Universitária, Recife- PE. CEP 50670-901
maurafrancinete@gmail.com

RESUMO

Neste artigo, a Comissão Própria de Avaliação da UFPE apresenta um estudo de caso com abordagem quantiquantitativa referente ao Enade 2013, cujo objetivo foi analisar o posicionamento dos discentes quanto à qualidade da infraestrutura, dos recursos didático-pedagógicos e do ensino oferecido, considerando a própria instituição, a região Nordeste e o país, além de uma análise da relação desses dados com os encaminhamentos da gestão dos cursos para o ciclo subsequente (2016) da mesma área de conhecimento. Foi utilizado o questionário dos estudantes do Enade 2013 em dois momentos: a análise das respostas ao questionário do estudante, do *Campus Recife*, e a visita *in loco*, com o método participativo e dialogado, entre membros da CPA, Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (Proacad), Coordenação de curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE) e, em algumas visitas, os discentes. Destacamos que por se tratar de uma instituição pública vários fatores interferem nos resultados, contudo, é possível afirmar que os cursos da UFPE estão, de uma forma geral, bem colocados nesse sistema avaliativo, com a necessidade de retomar a discussão em alguns critérios, visando sua melhoria.

Palavras chave: AUTOAVALIAÇÃO, ENADE, CPA, QUALIDADE DE ENSINO

1. INTRODUÇÃO

As políticas de avaliação da Educação Superior devem considerar elementos constitutivos da avaliação e os instrumentos de participação social, como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que convoca todos os estudantes a apresentarem sua percepção sobre os cursos de graduação e, assim, possibilitar o acompanhamento da qualidade (GRIBOSKI, 2012).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do Ministério da Educação (MEC), estabeleceu a primeira aplicação do Enade em 2004, integrado ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Desde então, o mesmo vem passando por ajustes e mudanças significativas, mantendo as seguintes condições:

O exame é obrigatório e a situação de regularidade do estudante no Exame deve constar em seu histórico escolar e a periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento.

O objetivo do Enade é avaliar e acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação; suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico da profissão escolhida, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

Os resultados do Enade, aliados às respostas do Questionário do Estudante, constituem-se insumos fundamentais para o cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior: Conceito Enade, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), todos normatizados pela Portaria n. 40, de 2007, republicada em 2010. (BRASIL, 2017).

Os instrumentos básicos do Enade são a prova, o questionário para a coleta de impressões dos estudantes sobre a prova, o questionário do estudante e o questionário do coordenador sobre o curso. No questionário do estudante, preenchido *on-line* na página do Inep, são solicitadas informações referentes ao perfil socioeconômico e cultural dos concluintes, além da percepção sobre o ambiente de ensino-aprendizagem, a organização do curso, do currículo e das atividades docentes. Os resultados desse questionário, além de compor o cálculo do conceito preliminar do curso (CPC), fornecem dados que podem contribuir para renovação dos cursos e ampliar a conexão entre a formação profissional e as demandas contemporâneas.

Deve-se também considerar que a base de dados produzida a partir da avaliação em questão tem potencial para subsidiar ações da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e outros segmentos da gestão universitária em importantes processos como a redefinição dos currículos, projetos de curso e desenvolvimento de novas abordagens metodológicas para a formação discente e docente.

Com base nessas premissas e visando ter na avaliação externa um elemento indutor da qualidade da educação superior, o objetivo do presente estudo é analisar o posicionamento dos estudantes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pertencentes ao ciclo avaliativo 2013 do Enade, tendo como focos: os recursos físicos e pedagógicos da instituição e a qualidade do ensino oferecido, além de uma análise da relação desses dados com os encaminhamentos da gestão dos cursos para o ciclo subsequente (2016).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A avaliação da educação superior no país é estabelecida pelo Sinaes, que destaca:

A avaliação educativa distingue-se do mero controle, pois seus processos de questionamento, conhecimento e julgamento se propõem principalmente a melhorar o cumprimento dos compromissos institucionais, por meio da elevação da consciência pedagógica e da capacidade profissional dos docentes, da produção de conhecimentos e da análise crítica do conjunto de práticas e dinâmicas institucionais”. (BRASIL, 2009, p. 96)

São criadas duas perspectivas de avaliação: a autoavaliação e a avaliação externa. A autoavaliação inclui todos os instrumentos e processos que geram dados para o autoconhecimento da instituição sob a coordenação das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) em articulação com os setores avaliativos da Instituição¹. As avaliações externas são aquelas realizadas pelas visitas das comissões avaliadoras de credenciamento e credenciamento e, também, por meio de procedimentos que geram conceitos externos, como é o caso do Enade, que, indiretamente, afere a qualidade dos cursos de graduação, a partir dos resultados da prova e do questionário do estudante.

2.1 A importância do Exame Nacional dos Estudantes

O Sinaes, instituído em 2014 pela Lei n. 10.861/2004, apresenta como princípio assegurar: I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos; II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos; III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos; IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações (BRASIL, 2004^a).

Nesse contexto, cria-se o Enade como substituto do Exame Nacional de Cursos (ENC), o “Provão”, aplicado aos estudantes concluintes e com o objetivo de avaliar os respectivos cursos de graduação no período de 1996 a 2003. O Enade amplia a perspectiva do ENC, ao integrar a avaliação de cursos e instituições e expressar o desenvolvimento da aprendizagem dos ingressantes e concluintes, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos ofertados.

Para melhor cumprir o seu papel, o Enade se mantém em constante revisão e modificações, permitindo mudanças significativas como as alterações do público alvo. Inicialmente concebido para os concluintes, passou a alcançar também os ingressantes, sendo atualmente aplicado aos concluintes, incorporando as notas obtidas pelos ingressantes no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Entre outros exemplos da natureza dinâmica do processo avaliativo, o Enade substituiu o caráter de amostragem pela forma censitária e instalou ciclos avaliativos com a aplicação trienal, distribuído por áreas de cursos.

[...] o Enade é o ponto de partida e também o ponto de chegada da avaliação. Tudo se inicia com a avaliação do estudante (Enade), que possibilita o cálculo dos insumos para compor o conceito preliminar de curso (CPC). Com a média dos CPCs, realiza-se o cálculo do indicador de qualidade da instituição (IGC) e, em

¹ A autoavaliação da UFPE, sob a coordenação da CPA (em linha hierárquica direta com a Reitoria), é desenhada e implementada por meio de atividades colaborativas e vinculantes à Diretoria de Planejamento e Avaliação Institucional (tendo o Procurador/Pesquisador Institucional como seu diretor e integrando a Pró-Reitora de Planejamento - Proplan) e a Coordenação de Avaliação de Cursos de Graduação (órgão da Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos – Proacad).

seguida, realizam-se as avaliações *in loco*, que podem ou não confirmar os resultados alcançados na avaliação e dar uma visão plena do padrão de qualidade da oferta da educação superior. Trata-se de um ciclo avaliativo que permite ao avaliador e ao avaliado traçarem rumos, metas e inovação na busca da qualidade. (GRIBOSKI, 2012).

A apropriação do Enade pelas instituições que dele participam pode gerar novos cenários, pois, como cita Dias Sobrinho (2010), a avaliação é capaz de produzir mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social. E lembra que:

Obviamente, sempre haverá contradições e imperfeições num sistema de avaliação, pois se trata de um fenômeno social e de uma construção histórica. Nisso consiste a riqueza da avaliação: nunca está acabada, nem fechada às diferentes interpretações e aos distintos interesses de grupos, não é neutra e nem detentora da verdade absoluta, mas precisa se esforçar para ser justa e socialmente eficaz.

A admissão dos problemas e limites, bem como da diversidade de concepções e expectativas, leva à compreensão de que a avaliação, por mais técnica e objetiva que se pretenda ser, carrega uma gama de dificuldades insolúveis, incompletudes e interpretações diferentes. Mas o propósito de obter rigor técnico e facilidades operacionais não deve justificar as soluções simplistas, que reduz todo o sistema de avaliação a uma ferramenta de medição do rendimento acadêmico para efeito de regulação, pela qual os órgãos governamentais disciplinam, controlam e modelam unidirecionalmente a Educação Superior e, segundo sua ótica, sinalizam as boas práticas ao mercado.

Ao poder técnico e burocrático das instâncias administrativas centrais correspondem respostas burocráticas das instituições e de seus atores. O grande desafio é encontrar o ponto de equilíbrio entre a avaliação formativa e a regulação controladora. Isso só pode ser construído por meio do diálogo e do sentido público da responsabilidade social (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 223).

2.2 O papel da Comissão Própria de Avaliação

Em sua criação, o Sinaes estabeleceu que as instituições de ensino deveriam constituir uma CPA, sendo esta a responsável pela condução dos processos internos de avaliação e pela sistematização e prestação de informações ao sistema. Complementando, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) explicita em suas diretrizes que a CPA deve ser reconhecida como órgão de representação acadêmica e não da administração da instituição (BRASIL, 2004b).

Para Sordi (2011), a concepção das CPAs agrega forças sociais existentes no cenário das IES para ações de diagnóstico situacional e eleição de prioridades, visando proposições de encaminhamentos sintonizados com a imagem de futuro institucional desejada. Porém são evidentes alguns desafios que ainda precisam ser transpostos, tanto nas IES públicas quanto nas IES privadas, como a escolha de seus membros; o equilíbrio dos segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada na sua composição; o envolvimento da comunidade universitária nos processos avaliativos; a autonomia da Comissão e a dificuldade na construção de uma cultura avaliativa nas instituições.

Scremin e Dallacort (2014), analisando o percurso da CPA de sua instituição inferem:

[...] foi possível constatar os efeitos positivos do trabalho desenvolvido pela CPA, desde o ano de 2004. Dentre esses, a efetiva participação da comunidade acadêmica nos processos avaliativos, bem como a validade das informações, especialmente tendo em vista o crescimento da instituição, nos últimos anos. Outro aspecto mencionado diz respeito à ampliação do conhecimento sobre a Instituição proporcionado pelos processos de autoavaliação que permitiram identificar as áreas de maior ou menor impacto científico, social, tecnológico e educacional.

[...] Ao analisar o trabalho desenvolvido pela CPA nesses dez anos, percebe-se que o processo avaliativo tem evoluído e se fortalecido, pois o conhecimento gerado tem permitido à comunidade universitária perceber a relevância educacional, científica, social e tecnológica de suas atividades, bem como tornar a relação da Instituição com a sociedade mais efetiva. Possibilita, portanto, à Instituição rever, de forma sistemática, suas práticas institucionais na condução de seu Projeto Pedagógico Institucional e do Plano de Desenvolvimento Institucional (SCREMIN; DALLACORT, 2014, p. 257).

2.3 A metodologia do estudo de caso

A pesquisa científica, quando definido seu objeto de estudo, constrói o processo de investigação, que delimita o universo a ser estudado. Na escolha da metodologia de estudos de caso, deve haver a preocupação em perceber o que o caso sugere a respeito do todo e não o estudo em si daquele caso (CASTRO, 1978).

Para Gil (1995), o estudo de caso não aceita um roteiro rígido para a sua delimitação, mas é possível definir quatro fases que mostram o seu delineamento: delimitação da unidade-caso; coleta de dados; seleção, análise e interpretação dos dados; elaboração do relatório.

A aplicação dessa metodologia e os cuidados a serem tomados no exercício da mesma são claros nas palavras de Ventura (2007, p. 385-386):

Uma grande utilidade dos estudos de caso é verificada nas pesquisas exploratórias. Por sua flexibilidade, é recomendável nas fases iniciais de uma investigação sobre temas complexos, para a construção de hipóteses ou reformulação do problema. Também se aplica com pertinência nas situações em que o objeto de estudo já é suficientemente conhecido a ponto de ser enquadrado em determinado tipo ideal. São úteis também na exploração de novos processos ou comportamentos, novas descobertas, porque têm a importante função de gerar hipóteses e construir teorias. Ou ainda, pelo fato de explorar casos atípicos ou extremos para melhor compreender os processos típicos. A utilidade também é evidenciada em pesquisas comparativas, quando é essencial compreender os comportamentos e as concepções das pessoas em diferentes localidades ou organizações.

[...] Mas há também limitações. A mais grave, parece ser a dificuldade de generalização dos resultados obtidos. Pode ocorrer que a unidade escolhida para investigação seja bastante atípica em relação às muitas da sua espécie. Naturalmente, os resultados da pesquisa tornar-se-ão bastante equivocados. Por essa razão, cabe lembrar que, embora o estudo de caso se processe de forma relativamente simples, pode exigir do pesquisador muita atenção e cuidado, principalmente porque ele está profundamente envolvido na investigação. Sendo assim, os argumentos mais comuns dos críticos dos estudos de caso estão no risco de o investigador apresentar uma falsa certeza das suas conclusões e fiar-se demais em falsas evidências. Em decorrência disso, deixar de verificar a fidedignidade dos dados, da categorização e da análise realizada. A recomendação para eliminar o viés de estudo é elaborar um plano de estudo de caso que previna prováveis equívocos subjetivos.

Há ainda um outro equívoco relativo à aplicação dos estudos de caso que deve ser mencionado. Trata-se do entendimento de que, por utilizar uma ou poucas unidades, representa uma pesquisa muito fácil de ser realizada. Essa afirmação simplifica o nível de complexidade envolvido nessa modalidade de pesquisa e o rigor científico necessário ao seu planejamento, análise e interpretação.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adotou a abordagem quantiqualitativa, sendo norteadas por princípios metodológicos que definem os percursos dos estudos de caso. A intervenção considerou como base de referências os dados produzidos a partir do Enade 2013 e a sistemática prevista para a mesma avaliação executada em 2016.

A primeira etapa metodológica contemplou o levantamento das respostas ao questionário do estudante (condições dos recursos físicos e pedagógicos da instituição e

qualidade do ensino oferecido) e análise comparativa do desempenho geral dos discentes da UFPE, *campus* Recife, com as médias obtidas na região Nordeste e no país, referentes ao Enade/2013. As informações levantadas foram utilizadas para elaboração de um roteiro para a etapa subsequente com visitas aos Núcleos Docentes Estruturantes - NDEs dos cursos avaliados no ciclo 2016.

Nas visitas realizadas no segundo momento da pesquisa, optou-se pela realização de rodas de diálogo com os membros do NDEs, estruturadas em função das categorias estabelecidas na etapa anterior. A intenção da proposta era de ampliar o diálogo com os cursos, difundir aspectos relevantes extraídos do Relatório Enade/2013 e mobilizar ações específicas para o novo momento avaliativo.

Os cursos visitados foram: Medicina, Educação Física – Bacharelado (curso novo, sem Enade/2013), Nutrição, Fonoaudiologia, Odontologia, Biomedicina, Serviço Social, Enfermagem e Farmácia. Ressalte-se que não foi possível realizar visita ao Curso de Fisioterapia, em função de incompatibilidade de agendas.

Finalizando o segundo momento, após realização do Enade/2016, considerando esta nova atividade implementada pela CPA e no intuito de contribuir para sua autoavaliação, foram enviados questionários às coordenações dos cursos visitados a fim de coletar impressões sobre todo processo e avaliar a atuação da CPA.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atuação da CPA no ciclo Enade/2016 iniciou pela análise dos dados gerados pelos correspondentes cursos em 2013, conforme descrito a seguir.

O quadro 1 apresenta o desempenho geral dos estudantes da UFPE – *Campus* Recife na prova do Enade/2013 em comparação aos dados médios do Nordeste e do país. Independente dos conceitos obtidos para os cursos, as notas são em sua maioria superiores a região e ao Brasil. Evidentemente, esta colocação é uma visão comparativa simplificada. O Conceito Enade, variável discreta que assume valores de 1 a 5, resultante da conversão da nota dos concluintes do curso de graduação no Enade, traz o viés do próprio tratamento dos dados aplicados pelo Inep², que inclui nessas médias gerais instituições distintas em número de alunos, organização acadêmica e categoria administrativa. Feita essa ressalva, é possível afirmar que os cursos da UFPE estão bem colocados nesse sistema avaliativo, uma vez que conceitos inferiores a três implicam na necessidade de ações imediatas de melhoria dos mesmos.

Observa-se que em todos os temas propostos quanto à percepção das condições dos recursos físicos e pedagógicos da instituição e da qualidade do ensino oferecido, as respostas dos estudantes da UFPE, figuras de 1 a 10 apresentadas em seguida, concentram-se predominantemente nos descritores “concordo totalmente, concordo e concordo

² Destaque-se que os dados aqui apresentados são de 2013 e “Até 2014, o Conceito Enade era calculado para cada Unidade de Observação, constituída pelo conjunto de cursos que compõe uma área de avaliação específica do Enade, de uma mesma Instituição de Educação Superior (IES) em um determinado município. A partir de 2015, o Conceito Enade foi calculado para cada Curso de Graduação avaliado, conforme enquadramento pelas Instituições de Educação Superior em uma das áreas de avaliação elencadas no artigo 1º da Portaria Normativa do MEC nº 3, de 6 de março de 2015 (disponíveis no Anexo I), de acordo com a metodologia explicitada nesta Nota Técnica”(BRASIL, 2017b).

parcialmente”, mas estas respostas não guardam relação com conceitos obtidos no Enade, que variaram de 3 a 5 (Quadro 1). Contudo, esses dados de percepção precisam ser considerados pela instituição uma vez que, não apenas integram o conceito preliminar do curso (BRASIL, 2014), mas trazem a visão dos usuários primários do sistema de ensino, os estudantes.

Quadro 1- Desempenho geral dos estudantes na prova do Enade/2013, comparativo UFPE – *Campus Recife*, Nordeste e Brasil

Curso	Conceito	Número de alunos		Resultado geral – nota média			Formação geral – nota média			Componente específico – nota média		
		Inscritos	Presentes	UFPE	Nordeste	Brasil	UFPE	Nordeste	Brasil	UFPE	Nordeste	Brasil
Biomedicina	3	77	54	50,4	47,0	47,5	46,5	48,6	49,5	51,7	46,5	46,9
Fonoaudiologia	3	28	28	55,2	48,2	51,3	43,2	40,8	44,0	59,2	50,6	53,8
Odontologia	3	90	88	45,4	48,9	46,7	44,8	49,3	48,4	45,6	48,8	46,1
Enfermagem	4	48	42	64,3	50,9	51,1	49,1	44,7	44,6	69,4	52,9	53,3
Farmácia	4	11	11	46,5	41,2	41,9	48,0	47,4	47,7	46,0	39,1	39,9
Medicina	4	208	205	51,3	48,6	47,7	56,9	57,2	56,0	49,4	45,7	44,9
Serviço Social	4	64	49	47,8	40,8	36,4	37,8	40,8	40,9	51,1	40,8	34,8
Fisioterapia	5	29	28	61,3	47,1	48,5	52,4	45,1	45,8	64,3	47,8	49,4
Nutrição	5	30	30	56,9	42,4	43,1	49,3	44,4	45,2	59,3	41,7	42,4

Na formação integral profissional-cidadão o descritor “concordo plenamente” (Figura 11) foi predominante na região e no país. Na UFPE, os cursos Biomedicina e Farmácia não alcançaram metade do percentual de respostas de seus pares em outras instituições e apenas a Fonoaudiologia apresentou valores superiores a região e ao país.

O tema consciência ética no exercício profissional está intimamente ligado à formação integral. Conforme a figura 2, verifica-se que vários cursos da UFPE apresentam valores inferiores para “concordo plenamente”, comparados às demais instituições.

Nos dois temas citados, o somatório dos descritores “concordo plenamente” e “concordo” colocam os cursos da UFPE mais próximos dos demais. Mas, não exclui a indagação de “como está a busca pela formação cidadã na instituição?”. Segundo Mitre et al. (2008), a necessária formação integral advém de um currículo integrado, resultante de uma filosofia político-social e de uma estratégia didática, implicado em educar cidadãos com capacidade para o pensamento crítico. Um olhar interno sobre os projetos pedagógicos, institucional e de cursos, poderá trazer essa resposta.

Figura 1 - Tema "As disciplinas cursadas contribuíram para sua formação integral, como cidadão e profissional", ENADE 2013 - UFPE, Campus Recife.

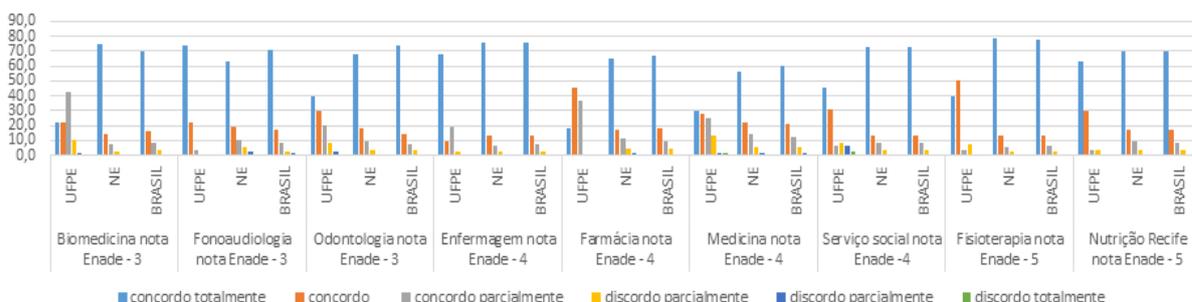
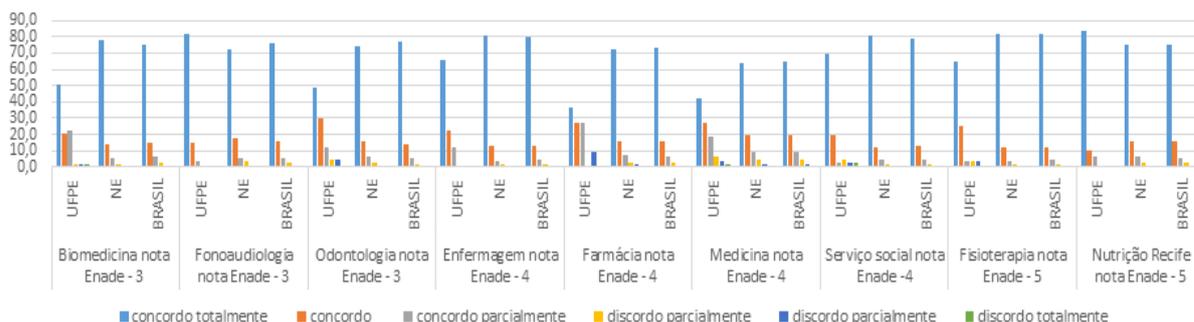
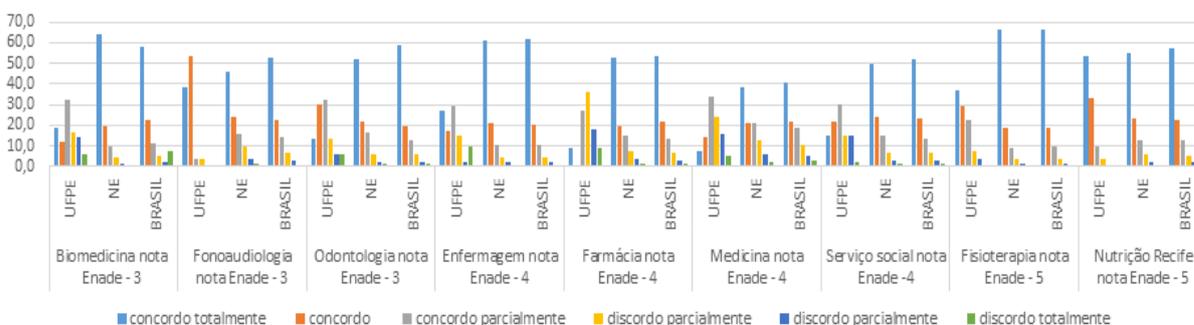


Figura 2 - Tema "O curso contribuiu para o desenvolvimento da sua consciência ética para o exercício profissional", ENADE 2013 - UFPE, Campus Recife.



Quanto ao tema relativo à contribuição dos planos de ensino para os estudos do aluno (Figura 3), o comparativo do somatório “concordo plenamente” e “concordo” foi baixo para maioria dos cursos UFPE. Os destaques positivos foram Nutrição e Fonoaudiologia. Na tentativa de compreender esses dados, essa pergunta foi inserida em diálogos com discente, sendo registrados relatos que desconheciam os planos de ensino dos cursos, porém afirmavam conhecer, receber e seguir “ementas”, “cronogramas de aula” ou “programas das disciplinas”, termos adotados à época pelos professores. Com a já ocorrida implantação da caderneta eletrônica para todos os cursos da UFPE, que formaliza a expressão “plano de ensino”, esperam-se mudanças nas respostas do Enade 2016.

Figura 3 - Tema "Os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para seus estudos", ENADE 2013 - UFPE, Campus Recife.



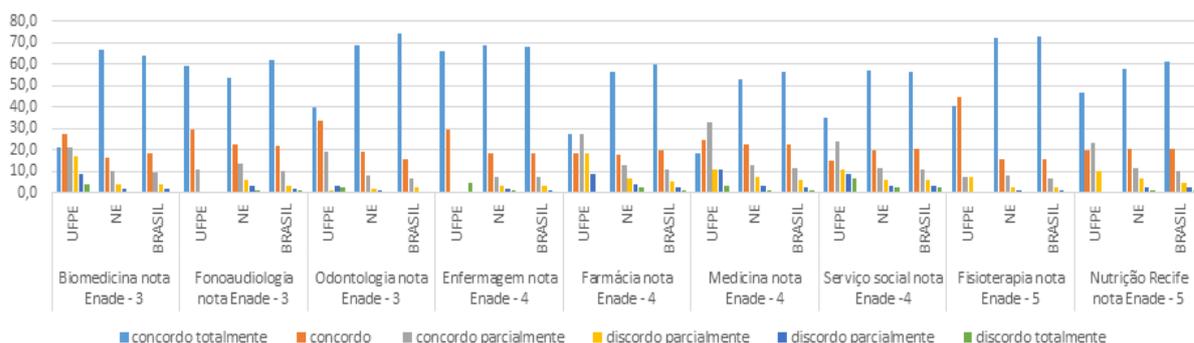
As respostas sobre articulação teoria e prática (Figura 4) demonstram que ainda é necessária a retomada dessa discussão no contexto da UFPE e dos cursos, fortalecendo inclusive a inserção de ações e programas extensionistas, sendo atuais as palavras apresentadas por Souza (2001, p. 5 e 9):

Herdeiros de um tempo e de uma cultura, cada ser humano é o fruto de processos desencadeados há muito, com raízes fixadas no passado e a viver, ainda hoje, no ressoar dos acontecimentos que os antecederam e determinaram. Entretanto, permanece a responsabilidade quanto à construção de uma realidade diversa, fundamentada na definição clara sobre o tipo de sociedade e sobre o tipo de homem adequado às aspirações e necessidades do novo tempo, numa combinação sutil de sonhos e frestas de luz.

Apesar da sofisticação tecnológica, da complexidade do conhecimento, do alargamento das formas e processos de relação, na atualidade, o homem vivencia um tempo de crises e transformações que repousam sobre dualidades que marcaram seu pensar e seu fazer ao longo dos tempos: a segregação entre trabalho manual e intelectual, o afastamento entre os que mandam e os que executam, o dualismo entre teoria e prática [...].

[...] Na perspectiva de unicidade teoria-prática a apropriação dos conhecimentos teóricos não se constitui em processo passivo e acrítico, mas em aquisição – fruto de reflexão, elaboração e reelaboração constantes – fundamentada nas necessidades concretas propostas pela realidade de vida e de trabalho e voltada para a (re)orientação dos processos de ação e intervenção.

Figura 4 - Tema "O curso favoreceu a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas", ENADE 2013 - UFPE, Campus Recife

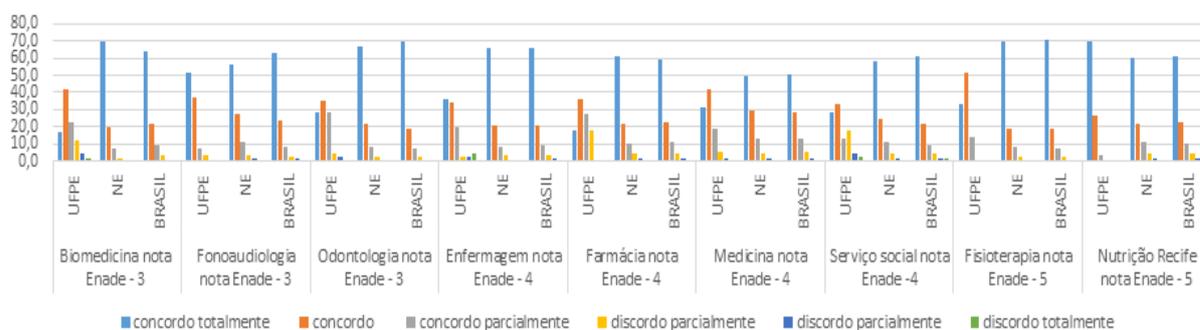


O reconhecimento do domínio de conteúdos pelos professores da UFPE (Figura 5) foi inferior ao obtido para outras instituições na maioria dos cursos, ocupando a Nutrição uma posição de destaque, sendo superior a região e ao país. Esse fato chama a atenção em uma instituição onde predominam professores doutores, com larga experiência atestada por seus currículos. Esta questão provavelmente envolve as práticas pedagógicas adotadas e remete ao fato já reconhecido pela UFPE com a criação do Núcleo de Formação Continuada Didático-Pedagógica dos Professores, sendo necessário, também, estimular a formação básica em educação para os bacharéis, pois como afirmam Oliveira e Silva (2012, p. 196):

Assim, o bacharel torna-se professor sem nenhum tipo de formação pedagógica e os licenciados por sua vez assumem a profissão com lacunas em seu processo formativo. Este fenômeno não é um problema que se limita aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, nem apenas as Universidades Federais, pois o problema tem início na própria legislação que precisa ser mais enfática na necessidade dos conhecimentos didático-pedagógicos dos docentes que passam a compor os quadros funcionais dessas instituições, pois até o momento fica a critério e responsabilidade institucional proporcionar ou não cursos de formação continuada de curta duração aos ingressos no cargo de professor.

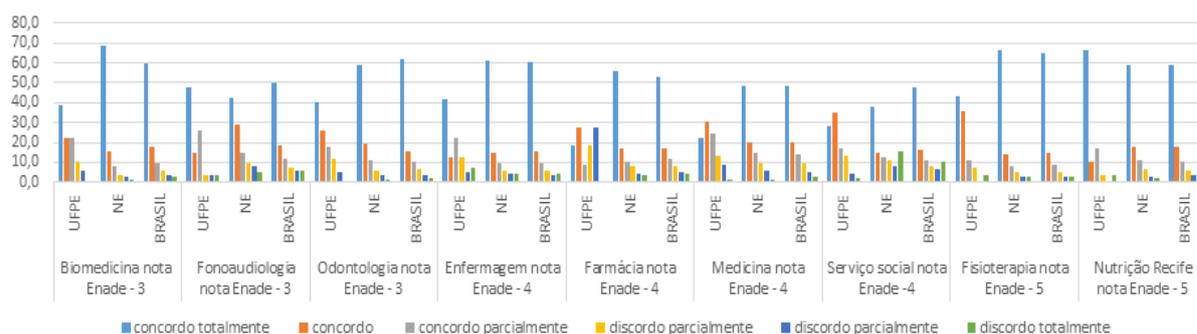
Esse tema também é analisado por Lima et al. (2015, p. 64) no artigo “O choque com a realidade: dormi contador e acordei professor...”, que evidencia uma maioria não preparada para a realidade da docência e destacando que o início da carreira docente não é tão fácil: “Deixar de ser aluno e se tornar professor, da noite para o dia, pode tornar esse início frustrante, acarretando o “choque com a realidade” e suas consequências”.

Figura 5 - Tema "Os professores demonstraram domínio do conteúdo das disciplinas que ministraram", ENADE 1013 - UFPE, Campus Recife.



Quanto à disponibilidade de monitoria para auxílio aos estudantes (Figura 6), também apresentou ampla variação nas respostas e apenas a Nutrição foi superior aos demais cursos do país e região. É sabido que a UFPE possui um amplo programa de monitoria na modalidade bolsista³ e voluntário, com alcance em todos os cursos, que pode requerer ajustes envolvendo aumento no número de vagas ou até mesmo mudanças na matriz curricular dos cursos. Neste sentido, em cursos da área de saúde com turmas únicas por semestre e períodos em horários concomitantes, a ação do monitor é voltada mais para o apoio ao professor na preparação de aulas, do que na interação com os estudantes de sua monitoria. Disponibilizar um tempo maior para o atendimento dos alunos pode significar uma baixa frequência do monitor nos componentes curriculares em que está regularmente matriculado.

Figura 6 - Tema "O curso disponibilizou monitores ou tutores para auxiliar os estudantes", ENADE 2013 - UFPE, Capus Recife.



As figuras de 7 a 9 tratam da infraestrutura, abrangendo salas de aula, ambientes, equipamentos e materiais para aulas práticas. Em se tratando de uma instituição pública, vários fatores interferem nos resultados, a exemplo das dificuldades de aquisição de bens e serviços para atendimento de demandas em tempo hábil. Nestes temas, mais uma vez, o curso de Nutrição foi o destaque positivo, provavelmente por ter sido concebido como um instituto de pesquisa em edificações próprias, que incluía o ensino de graduação e pós-graduação. E, apesar de não existir mais a estrutura administrativa de instituto, a sua individualidade e suas

³ Foram ofertadas pela Proacad novecentas bolsas de monitoria no ano de 2016, segundo o Relatório de Autoavaliação Institucional 2016 (CPA-UFPE, 2017).

ações foram mantidas. Aqui, revelam-se as condições da infraestrutura distintas entre as unidades da própria universidade, como Pinho et al. (2015) também observaram em outra universidade pública federal.

Figura 7 - Tema "As condições de infraestrutura das salas de aula foram adequadas", ENADE 2013 - UFPE, Campus Recife.

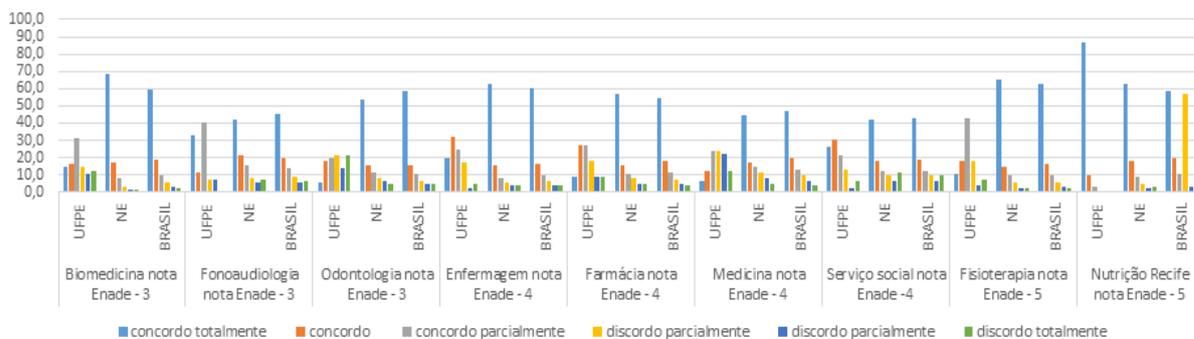


Figura 8 - Tema "Os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequadas para a quantidade de estudantes", ENADE 2013 - UFPE, Campus Recife.

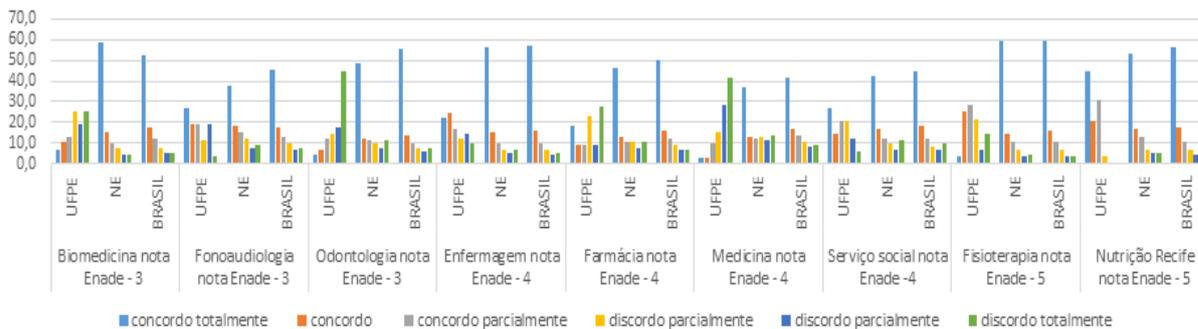
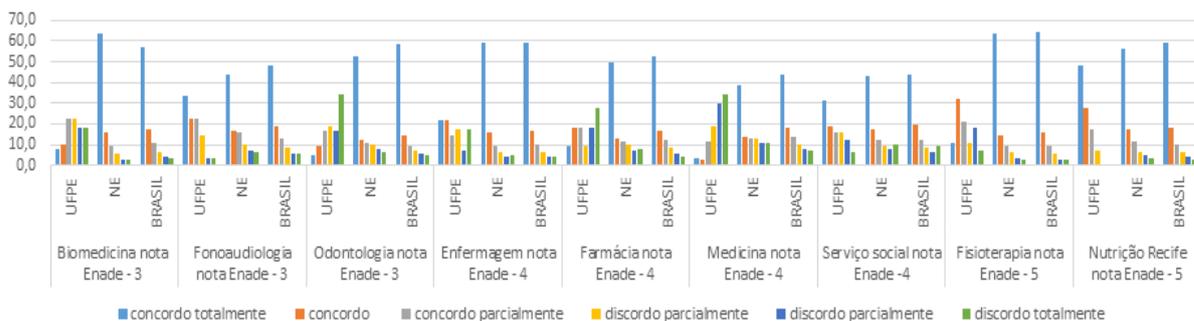


Figura 9 - Tema "Os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequadas ao curso", ENADE 2013 - UFPE, Campus Recife.



O tema biblioteca (Figura 10) trouxe a fragilidade da Instituição, sob o ponto de vista dos estudantes de todos os cursos da UFPE, e valida o diálogo do segundo momento desse trabalho, apontando para a necessidade de melhoria do acervo bibliográfico.

Essa melhoria pode ser iniciada com a reflexão conceitual de biblioteca universitária. Silveira (2014, p. 74-75), desenhando a história da evolução das bibliotecas universitárias até chegar ao conceito de bibliotecas ubíquas e *Information Commons*, afirma:

Passaram-se muitos anos de história para que as universidades e as bibliotecas universitárias chegassem aonde se encontram hoje, nesse modelo que se preocupa mais com as necessidades do usuário do que com o suporte informacional. Mas ainda existe um longo caminho a percorrer.

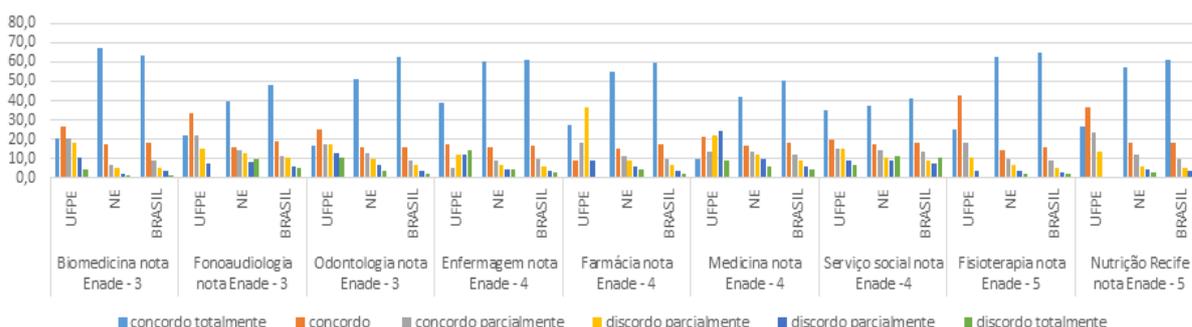
As bibliotecas universitárias internacionais que utilizam **Information Commons** conseguem suprir as necessidades dos usuários de maneira muito mais eficiente, oferecendo serviços variados e recursos de tecnologia; acompanharam a evolução da Sociedade da Informação e buscaram formas de qualificar o atendimento.

[...] Bibliotecas universitárias não são apenas espaços de pesquisa e leitura, podem ir além desse rótulo, promovendo a troca de conhecimento, reuniões, atividades em grupo ou, então, apenas um lugar para o estudante passar algum tempo. Um dos objetivos do **Information Commons** é que o usuário passe o maior tempo possível dentro da biblioteca, pois a biblioteca é vista como um espaço de convivência.

As bibliotecas universitárias brasileiras tendem a modernizar o empréstimo e processamento técnico, mas não costumam ousar no que se refere a serviços. As possibilidades são imensas, requerem suporte financeiro e apoio de profissionais de outras áreas, principalmente da informática.

As bibliotecas precisam se adaptar a essa nova realidade por duas atitudes principais: incluir serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação e aumentar as formas de comunicação com os usuários. Afinal, são eles que estão ditando essa mudança.

Figura 10 - Tema "A biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes necessitaram", ENADE 2013 - UFPE, Campus Recife.



No segundo momento das atividades propostas, período de agosto a outubro de 2016, a CPA-UFPE, realizou as visitas *in loco* aos cursos de graduação envolvidos no ciclo Enade/2016. As ações foram focadas nos seguintes tópicos: conhecimento das coordenações dos cursos e respectivos NDEs sobre os relatórios que descrevem o desempenho dos estudantes no último ciclo realizado e os instrumentos legais que norteiam a avaliação; ações de sensibilização, mobilização e orientação dos estudantes para o Enade/2016; ampliação dos canais de diálogo entre a CPA, Proacad e cursos, visando fortalecimento da cultura avaliativa institucional.

Os relatos obtidos quase sempre partiram do desconhecimento dos dados respostas do Enade 2013, decorrente da mudança de coordenação de curso e de membros do NDE. Esta mudança é esperada na Instituição, uma vez que o mandato do coordenador é de 2 anos, podendo ser reeleito por igual período. Também há grande rotatividade dos membros do NDE, que em sua maioria não conta com ex-coordenadores como integrantes para continuidade histórica das ações de pensar, repensar e reconstruir seus projetos pedagógicos e suas relações com a gestão superior. A esse respeito se gerou uma reivindicação de apoio mais sistemático das instâncias superiores da Universidade para divulgação, análise de

resultados e acompanhamento de ações relativas ao Enade, incluindo estímulo aos discentes e ao NDE.

Outras demandas mais comumente relatadas se relacionam a percepção dos estudantes, apresentadas nos gráficos anteriores: insuficiência em quantidade ou qualidade das salas administrativas, salas de aulas, laboratórios e equipamentos; necessidade de melhoria do acervo bibliográfico; dificuldade de inserção de alunos nos campos de estágios. Sendo este último item bastante discutido, cabendo o pensamento de Freire (2005 apud Albuquerque et al., 2008, p. 358): “Tal desarticulação entre teoria e prática suscita a reflexão crítica de que a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática, sem a qual a teoria pode ir virando falácia, e a prática, ativismo”.

De modo resumido, dialogando *in loco* com os cursos de graduação, a CPA da UFPE encontrou, na maioria deles, uma situação semelhante à apresentada por Griboski (2012) e corroborada por Bordas et al. (2008):

De uma forma geral, o que se observa é que tanto as informações de relatórios quanto os dados e características da avaliação não são conhecidos pelos cursos, e pouco ou nada contribuem se não forem motivo de reflexão e análise para possíveis melhorias, além de ocasionar uma desvalorização da importância da realização do exame para a instituição e para os seus estudantes. É importante resgatar os princípios da constituição do Sinaes de forma a assegurar que a avaliação tenha sentido e significado para quem avalia e para quem é avaliado. Certamente, os ganhos nesse processo serão atribuídos à sociedade (GRIBOSKI, 2012, p. 194).

Assim, para além dos dados quantificáveis, daquilo que pode ser aferido, medido, as políticas de avaliação da educação superior precisam penetrar nos significados produzidos no interior de cada instituição universitária, nas suas finalidades e “vocações” específicas, nos seus programas e planos de ação, na sua cultura, na dinâmica das relações que nela se estabelecem, nas suas contradições e conflitos, em seus consensos possíveis, na multiplicidade de vozes que desejam ser ouvidas, no intrincado tecido que constitui a comunidade acadêmica e científica. Respeitados esses princípios, faz sentido avaliar os desempenhos dos estudantes e das instituições formadoras. Faz sentido, portanto, considerá-la como instrumento de articulação de saberes e de comunidades de aprendizagens, num estímulo à mútua cooperação e às práticas formativas solidárias (BORDAS et al., 2008, p. 709).

Quanto à consulta aos coordenadores de cursos sobre as visitas *in loco* realizadas pela CPA, o quadro 2 resume as devolutivas obtidas.

Quadro 2 – Impressões dos coordenadores de cursos da UFPE participantes do Enade/2016 sobre as visitas *in loco* da CPA.

<ul style="list-style-type: none">✓ Interação excelente✓ Muito positiva✓ Indicativa do rumo correto do curso✓ Levantou alguns aspectos que a coordenação precisava enfatizar para o processo do Enade 2016✓ Pontual e incipiente, com a necessidade de ser mais estruturada e com acompanhamento mais próximo das atividades propostas para desenvolvimento pelo curso✓ Necessidade de visitas com maior antecedência em relação ao exame✓ Necessidade de maior número de visitas✓ Necessidade de ações institucionais de mobilização e motivação dos estudantes✓ Necessidade de maior esclarecimento aos alunos sobre a linguagem do exame✓ Necessidade de maior esclarecimento aos docentes e alunos sobre a metodologia avaliativa do exame

Essas impressões refletem a validade de estabelecer laços efetivos e rotineiros entre os diferentes órgãos da Instituição e segmentos acadêmicos para tratar a avaliação como instrumento de gestão participativo e emancipatório, promotor da qualidade acadêmica. Pois, a cultura avaliativa pode mudar conceitos, relações e finalidades. Porém, ainda em construção na Instituição, seu cenário é próximo ao relato de Macedo e Lima (2013, p. 169):

É fato que, no Brasil, inicia-se uma caminhada, em que a “duras penas” se busca construir uma cultura avaliativa. É corriqueiro identificar as tensões psicológicas daqueles que empreendem ou mesmo participam de processos desta natureza. Comum é deparar com professores que manifestam sentirem-se inseguros sobre como proceder em suas avaliações, alunos que se desestimulam frente aos diferentes instrumentos avaliativos (tais com provas de final de curso), das instituições, que receiam as avaliações de desempenho e dos próprios sistemas educacionais, que vivem inúmeras situações conflituosas para definir os rumos da avaliação de grande porte. O fato é que, a avaliação não pode ser a promotora em processos de ranking, consolidando-se em “avaliação mercadológica” que investe no controle e na regulamentação e que despreza o caráter formativo, instalando mecanismos, por vezes de caráter permanente, de exclusão social, o que não significa que a escola exclua o “mérito” de seu espaço, mas que as formas como este vem ocorrendo devem ser reestruturadas.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode se afirmar que a percepção e conseqüente posicionamento dos estudantes da UFPE, quanto às condições dos recursos físicos e pedagógicos da instituição e à qualidade do ensino oferecido, não guardam relação com conceitos obtidos no Enade. Porém sinalizam a necessidade de ações para melhoria dos mesmos, com destaque unânime para a biblioteca. E suas observações são consonantes com as dificuldades expressas pelos docentes.

Fica clara a ausência do conhecimento dos dados do Enade/2013 pela maioria das coordenações de cursos e membros dos NDEs, dificultando a tomada de medidas saneadoras para o ciclo subseqüente (2016). Este panorama aponta para necessidade de implantação de rotinas administrativas e acadêmicas permanentes, a serem concebidas e implantadas pela gestão superior da Instituição em parceria com os cursos de graduação, tendo como foco a melhoria contínua.

Para finalizar, verifica-se que a CPA vai se reestruturando em formato, ações e significados, num movimento para constituição de práticas avaliativas propositivas, preservando o princípio e a finalidade de contribuir para a melhoria contínua da instituição em todos os campos que atua, além da autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior, em consonância com a comunidade acadêmica, inclusive e, sobretudo, com a gestão. Desta forma, utilizando-se de um instrumento de avaliação externa, a CPA-UFPE cria uma nova estratégia de autoavaliação que lhe permite avançar em sua atuação de novas leituras, apesar dos percalços de uma cultura avaliativa ainda frágil na Instituição.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, V. S. et al. A integração ensino-serviço no contexto dos processos de mudança na formação superior dos profissionais da saúde. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v.32, n.3, p.356-362, set. 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022008000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jun. 2017.

BORDAS, M. C. et al. O olhar da comissão assessora de avaliação sobre o Enade da área de pedagogia - 2005. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 681-712, nov. 2008.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abr. 2004a. Seção 1, p. 3-4.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). **Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004b, 38 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 5. ed., revisada e ampliada – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009. 328 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica nº 71. **Cálculo do conceito Enade referente a 2013**. Brasília-DF: Ministério da Educação; 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Enade**. <Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/enade/>>. Acesso em 26 jun. 2017a.

BRASIL. Ministério da Educação. NOTA TÉCNICA Nº 2/2017/CGCQES/DAES. **Cálculo do Conceito Enade 1 referente ao ano de 2015**. Brasília-DF: Ministério da Educação; 2017b.

CASTRO, C.M. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGrawHill do Brasil; 1978. 88p.

CPA UFPE. Comissão Própria de Avaliação. Universidade Federal de Pernambuco. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2016**. Recife, 2017

DIAS SOBRINHO J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772010000100011&lng=e&nrm=iso>. Acesso em 25 jun. 2017.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos e pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas; 1995. 58p.

GRIBOSKI, C. M. O Enade como indutor da qualidade da educação superior. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 178-195, set/dez. 2012. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1763/1763.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2017.

LIMA, F.D.C.; et al. O choque com a realidade: dormi contador e acordei professor... **REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, Madrid, España, v.13, n.1, p. 49-67, ene/mar. 2015. <Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55133776004>>. Acesso em 26 jun. 2017.

MACEDO, S.M.F; LIMA, M.A.M. Revolvendo o passado da avaliação educacional e algumas repercussões na escola. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 32, p. 155-171,

maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24315>>. Acesso em 26 jun. 2017.

MITRE, S. M. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 2133-2144, dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000900018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 jun. 2017.

OLIVEIRA, V.S.; SILVA, R.F. Ser bacharel e professor: dilemas na formação de docentes para a educação profissional e Ensino Superior. **HOLOS**, Rio Grande do Norte, vol. 2, n. 28, p.193-205, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481549265017>> . Acesso em 26 jun. 2017.

PINHO, A.P.M.; DOURADO, L.C.; AURÉLIO, R.M.; BASTOS, A.V.B. A transição do ensino médio para a universidade: um estudo qualitativo sobre os fatores que influenciam este processo e suas possíveis consequências comportamentais. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 6 n. 1, p. 33-47, jan./Jun. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/1691/1482>>. Acesso em 25 jun. 2017.

SCREMIN, G.; DALLACORT, M.D. A CPA no Processo de Autoavaliação Institucional: Avanços e Desafios nos 10 Anos do SINAES. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 18, p. 240-262, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/390/pdf>>. Acesso em 25 jun. 2017.

SILVEIRA, N. F. Evolução das bibliotecas universitárias: information commons. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.19, n.1, p. 69-76, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/923/pdf_88>. Acesso em 25 jun. 2017.

SORDI, M. R. L. Comissão Própria de Avaliação (CPA): similaridades e dessemelhanças no uso da estratégia na educação superior e em escolas do ensino fundamental. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v.16, n.3, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n3/v16n1a06.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2017.

SOUZA, N.A. A relação teoria-prática na formação do educador. **Semina: Ci. Soc. Hum.**, Londrina, v. 22, p. 5-12, set. 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3868/3108>>. Acesso em 25 jun. 2017.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007. Disponível em: <http://www.rbconline.org.br/wp-content/uploads/a2007_v20_n05_art10.pdf>. Acesso em 26 jun. 2017.